

História política recente desenha novo tipo de estado

A história política recente do Brasil viu florescer e as eleições presidenciais do ano passado vieram a consagrar um novo tipo de Estado de cunho Liberal, a saber: o Estado Mínimo sob o prisma ético.

O lema desse novo Estado Liberal, muito convenientemente travestido (no discurso) de Estado Social, traduz-se no já conhecido *deixa fazer, deixa passar* (os verbos podem ser substituídos por outros que o leitor julgar mais adequados). *Se tudo vier à tona, vale dizer, se der errado, a Política investiga e a mão invisível das instituições se encarrega de regular a situação.*

Trata-se de formato inovador e extremamente eficaz no que diz respeito à governabilidade, esse conceito totalmente desprovido de conteúdo axiológico, pretensamente haurido dos ensinamentos deixados por Maquiavel e cristalizado no adágio segundo o qual *os fins justificam os meios*.

Assim que governo bom aquele em que surgem numerosos casos de corrupção, o que mostra que a sujeira não está sendo varrida para debaixo do tapete, sendo permitido – como nunca dantes – que a Política cumpra com eficiência o seu papel.

E quanto mais qualificada for a corrupção, tanto melhor para o governo, pois isto lhe dá a chance de mostrar que não hesita em cortar na própria carne.

Por óbvio que, a par dos constrangimentos naturais que tais cortes proporcionam, algum transtorno administrativo sempre acaba por suceder, todavia, sem prejuízo do sagrado número destinado aos mais pobres, a rigor, os legitimadores de tudo (os fins que os meios buscam atingir).

Em razão dessas vicissitudes, é necessário, então, contar com um amplo espectro de colaboradores, desde aqueles que atuam nas imediações dos órgãos repressores (para a manutenção da equipe em atividade), até aquelas autoridades anônimas (peças de reposição de outras que vão sendo deixadas à beira do caminho, quando falham os esforços imunizatórios), passando por autoridades simbólicas (cuja função é apenas dar alento às minorias e sinalizar magnanimidade à massa), sem esquecer das autoridades de consolo (cujas pastas são criadas para acomodar os parceiros derrotados nas urnas).

Há também os movimentos sociais de plantão, onipresentes e estrondosos, quando necessário, invisíveis e silenciosos, quando conveniente.

Claro que, para o perfeito funcionamento do novel Estado testado e aprovado nas urnas mister se faz a aplicação do princípio (implícito, posto que emprestado de outro tipo de Estado) segundo o qual *The King Can Do No Wrong*, que pode ser traduzido para o vernáculo, com adaptação, para *o Chefe não comete ilícitos*.



ã? preciso aceitar, igualmente, que o contato com a maã§ã£ podre, em tal especãfica engenharia institucional, nunca ã© suficiente para contaminar as outras que estejam no mesmo cesto.

A julgar pelo resultado eleitoral, tais anti-princãpios republicanos (ou princãpios anti-republicanos, como queiram) tiveram plena aceitaã§ã£o popular.

Resta saber, porã©m, o que pensa o Poder Judiciãrio e como agirã; a sua *mã£o invisãvel*. Com a palavra, o prãprio.